

“Nossas acções dependem da parceria com o governo e as comunidades”

Por Isadora Ataíde

Fotografia Joel Chiziane

Recente porém de peso. A cooperação da Irlanda em Moçambique data de 1995 e representou um apoio de 45 milhões de euros em 2011. Direcção dos recursos através dos sistemas públicos e desenvolver as acções em parceria com os governos locais é a prioridade da Irlanda, aponta o embaixador Ruairí de Búrca. Para o diplomata o crescimento do país exige a abertura de um novo capítulo económico, com os recursos do crescimento a beneficiarem a população através do Orçamento de Estado. O “processo humano” de desenvolvimento de Moçambique continuará a ter o apoio da Irlanda no futuro, garante Búrca.

A Irlanda coopera em Moçambique desde 1995. Dados os escassos vínculos históricos e culturais entre os dois países, porque a Irlanda escolheu Moçambique, que actualmente é o maior receptor da ajuda externa irlandesa?

No princípio dos anos 90 a Irlanda estava em expansão económica e decidiu que iria contribuir para o desenvolvimento económico e social dos países mais pobres. Realizámos uma investigação sobre os países com maiores carências e a pesquisa ocorreu na altura da negociação dos Tratados de Roma. Escolhemos Moçambique dada a extrema pobreza e necessidade de novas estruturas, inclusive estatais, na construção do processo de paz. Na altura cogitámos a Somália, que tinha indicadores semelhantes aos de Moçambique. Após 20 anos é interessante observar o crescimento de Moçambique em relação à Somália. É uma trajectória positiva, com redução da pobreza e crescimento económico. Este é um processo humano, que vai continuar a ter o nosso apoio, pois há muitos desafios.

Qual a contribuição anual da Irlanda e qual o volume direccionado através do Orçamento de Estado?

Em 2011 a cooperação bilateral foi de 37,5 milhões de euros. Através do Orçamento de Estado e de fundos comuns são canalizados 88% dos recursos e 12% por via

da sociedade civil. Também apoiámos ONG's irlandesas que actuam em Moçambique com cerca de oito milhões de euros por ano. Em suma, a ajuda ultrapassou 45 milhões de euros em 2011. Niassa e Inhambane são as províncias foco, e saúde, educação e agricultura as principais áreas de acção.

A agricultura é uma das vossas prioridades. Quais as principais dificuldades para aumentar a produção e quais as políticas que devem ser desenvolvidas pelo Estado Moçambicano?

É um sector chave. A acção é em nível provincial para atacar problemas como o aumento da produção, o acesso aos mercados e a redução da vulnerabilidade, entre outros. Trabalhamos com os governos provinciais na construção de infra-estruturas para facilitar o acesso aos mercados. No Niassa o problema não é a produção, mas o acesso. Estamos a construir uma estrada entre Moçambique e o Malawi para escoar a produção, por exemplo. Já em Inhambane o maior problema é a vulnerabilidade, desenvolvemos quintas-modelo, com produtos especializados para restaurantes, e na qualificação fito-sanitária, por exemplo. Todas as actividades incluem os agricultores, o governo e a cooperação.

Na área da saúde, quais os principais projectos e resultados?

Trabalhamos através do pró-saúde e com a Fundação Clinton. Embora os índices permaneçam altos, Moçambique é um país de referência na luta contra o HIV-Sida. Os números da mortalidade infantil também foram muito reduzidos. Parcela deste efeito positivo resulta da estratégia de fortalecimento do sistema de saúde.

SECTOR PRIVADO

O acesso à água é uma das vossas acções em Inhambane e no Niassa. As autoridades locais são efectivas na manutenção dos pontos? Há um esforço público para a ampliação da rede nestas regiões?

Nestas acções somos parceiros dos governos locais e da FIPAG. Nossas acções dependem da parceria com o governo e as comunidades, não queremos desenvolver actividades independentes. Todos os actores estão rela-



Ruairí de Búrca, embaixador da Irlanda

cionados, os projectos não são acidentais.

As actividades económicas em sua maioria são informais em Moçambique. Quais medidas podem ser adoptadas para aumentar a formalização?

Não há uma resposta fácil para este problema, inclusive porque não existe um modelo internacional. O que me parece interessante é o aumento dos impostos. Os mega-projectos também fomentam a criação de médias e pequenas empresas que podem gerar postos de trabalho formais. Outra medida importante é o aumento da rede bancária - ou da aplicação de tecnologias como a transferência de dinheiro por telemóveis - de modo a ser possível movimentar capital nas zonas rurais. Ainda, reforçar o pagamento de impostos simbólicos entre os ambulantes. Porém, todas estas medidas devem ser acompanhadas da contrapartida do Estado através da entrega de serviços de saúde, educação e segurança social.

Quais as principais actividades desenvolvidas na área do suporte ao desenvolvimento do sector privado?

Uma das nossas iniciativas é reduzir a burocracia e os custos para se abrir um negócio. Moçambique possui

deficiências nesta área, mas o governo está consciente do problema e a agir. Nas províncias também fomentamos a criação de empresas, por exemplo a indústria do caju em Inhambane. Nosso intuito é auxiliar na criação de empresas que gerem empregos formais para aumentar a resistência dos negócios em tempos de crise.

Quais as principais parcerias entre o sector privado irlandês e moçambicano?

A Kenmare Resources, que extrai areias pesadas em Moma, é o principal empreendimento irlandês aqui. É um projecto de longo prazo, que já investiu cerca de 800 milhões de dólares em Moçambique. Inclusive eles possuem projectos de responsabilidade social com a comunidade na qual estão inseridos. Há outros projectos no sector informático e farmacêutico, além de possíveis parcerias entre universidades irlandesas e o sector da saúde em médio prazo.

Com os mega-projectos e o crescimento económico Moçambique enfrenta a falta de profissionais especializados de nível técnico e superior. Além da universalização do ensino básico o ensino técnico e superior devem ser prioridades?

Um dos problemas dos países em desenvolvimento é que tudo deve ser prioridade. O problema da mão-de-obra diz respeito ao sector público e privado. O ensino primário expandiu-se muito, mas há problemas sérios de qualidade. No ensino secundário a expansão também foi grande, mas enfrenta-se o abandono escolar, para além da questão da qualidade. O ensino técnico e superior são questões primordiais, porém devem ser pensados em função das necessidades do país e do mercado, para além de seguirem um padrão de reconhecimento internacional.

O fortalecimento da sociedade civil é decisivo para a democracia. Como os Conselhos Consultivos Distritais, que a Irlanda fomenta, contribuem para a descentralização governamental?

São iniciativas sobretudo nas zonas rurais, que estão distantes dos centros provinciais, que possuem deficiências de informação e onde as pessoas têm poucas qualificações. É uma acção em processo, que quer contribuir no fortalecimento da sociedade civil e na descentralização. Há experiências positivas, como Mandimba. Nos próximos anos teremos uma apreciação mais exacta dos resultados.

A parceria com organizações não governamentais irlandesas contribui para a qualificação do vosso trabalho? Como elas auxiliam o desenvolvimento de entidades locais?

O governo apoia organizações irlandesas e outras. Os desafios são muitos e os cooperantes não podem resolver todos os problemas, daí o incentivo as organizações não governamentais. Fomentamos a criação de ong's moçambicanas, inclusive com fundos específicos. Porém, a maior parcela dos nossos recursos é aplicada através do governo, porque cabe ao governo a tomada de decisão e o planeamento do futuro.

COMBATE À CORRUPÇÃO

Embora a sociedade civil esteja a crescer, académicos observam o declínio dos partidos políticos. Que medidas podem reforçar o sistema multi-partidário?

Há um partido forte, mas há outros partidos com re-

presentação parlamentar. É possível ter-se mais vezes no parlamento e penso que tal expansão também pode estar associada ao crescimento do Estado e ao desenvolvimento do país.

O discurso de Alain Latulippe - embaixador do Canadá e líder do G19 - abordou a necessidade do desenvolvimento legislativo na luta contra a corrupção. Quais devem ser as medidas e como efectivar o combate até que a legislação seja aprovada?

A luta contra a corrupção é um contínuo, a batalha nunca está ganha, novas frentes devem sempre ser abertas. Um novo capítulo nas relações económicas será uma aposta, com os recursos e os benefícios dos mega-projectos a serem aplicados através do Orçamento de Estado, por exemplo. Existe legislação e ela deve ser efectivada enquanto não se aprova uma nova lei. Há exemplos recentes da legislação ter sido aplicada.

ARENAMO afirma que os Acordos de Paz não foram cumpridos. O facto da situação dos desmobilizados não ter sido resolvida 19 anos após o fim da guerra ou o não cumprimento de todos os requisitos internacionais nas eleições são indicadores?

Moçambique, apesar de ter enfrentado uma guerra terrível, não se parece com um país pós-conflito. Não estou a dizer que não há cicatrizes, mas que a tendência para o futuro não está definida pelo passado, pela guerra. Penso que a maioria da população tem uma visão optimista em relação ao futuro.

Quais as perspectivas de médio prazo na cooperação irlandesa?

Estamos a rever o nosso plano estratégico para o período 2012-2016, de modo a ficarmos alinhados com o PARPA (Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta) e continuaremos a trabalhar através do sistema governamental. Devemos manter a acção na área da saúde e da educação, porém devemos finalizar o trabalho no sector da agricultura e passar à área da governação. Também queremos ganhar experiência sobre as mudanças climáticas para em médio prazo desenvolver um papel mais forte neste sector.